

-----**ATA N.º 27/2012**-----

-----Aos 07 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 7/11/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 25, da reunião ordinária do Executivo de 7/11/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 21/11/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 26, da reunião ordinária do Executivo de 21/11/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Relativamente à aprovação da ata, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que tinha sido retirado, na página 15, uma intervenção do Senhor Vereador Victor Santos, por solicitação do próprio. Esclareceu que a intervenção dizia respeito ao facto de o Senhor Vereador se ter ausentado da reunião e na qual havia dito que “uma vez que estava perante uma votação na qual não se defendia qualquer interesse público e tão só uma decisão que visava atingir uma pessoa, *com o intuito de vingança por parte de alguns membros do Executivo...*”. Solicitou que essa intervenção fosse novamente acrescentada na ata, porque efetivamente foi isso que foi dito pelo Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou que fosse acrescentado à sua intervenção, na página 15, o seguinte: “... uma pessoa, com o intuito de vingança, por parte do Senhor Vice-Presidente da Câmara,...”.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Manuel Duarte, por não ter estado presente na referida reunião.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**LOTEAMENTO DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – REDUÇÃO DE CAUÇÃO;**-----

-----**PROJETO DE LEI N.º 320/XII – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS;**-----

-----**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO;-**

-----**CONTRATO DE CEDÊNCIA DAS INFRAESTRUTURAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA ÀS ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PERITAGEM.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: INTENÇÃO DE ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA WRC**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 22/11/2012, com o registo interno n.º 10876, informando que o Município de Celorico da Beira detém uma participação social na WRC Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., de 500 ações com o valor nominal de 5€, perfazendo um total de 2500€. Mais informa que para proceder à alienação das ações, deverá o Município endereçar ao Presidente do Conselho de Administração da WRC, missiva com essa intenção, podendo enviar em simultâneo, cartas a todos os outros Municípios acionistas, a informação de que o Município de Celorico da Beira está vendedor e inquirir se algum deles está comprador.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, comunicar ao Presidente do Conselho de Administração da WRC, a intenção de alienação da participação social da WRC detida por este Município, bem como, a todos os outros Municípios acionistas.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO, GOP'S E MAPA DE PESSOAL PARA 2013** - -----

-----O Senhor Presidente da Câmara submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2013, documentos que se anexam a esta ata (**anexo I**), para análise e aprovação do Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por informar que o orçamento apresentado tem como base o plano de reequilíbrio financeiro. --

-----Referiu que todo o investimento previsto para 2013 é suportado na sua totalidade por projetos já aprovados no âmbito do QREN. Relativamente às despesas correntes, o ano de 2013 terá de ser de grande contenção, havendo a necessidade de se tomar medidas de modo a diminuir os custos com estas despesas, nomeadamente combustíveis, limpeza e higiene, comunicações, economato, entre outras. -----

-----Esclareceu que os valores da despesa tiveram como limite o montante da receita efetiva esperada para 2013, bem como os limites constantes do plano de reequilíbrio financeiro e PAEL, que só constarão no orçamento, após aprovação do reequilíbrio pela tutela, através de uma alteração orçamental. -----

-----Informou que está previsto a criação de um “Gabinete de Crise”, que irá acompanhar os munícipes em situação económica precária, bem como está prevista em orçamento uma rubrica para apoio ao empreendedorismo

de particulares, que visa o financiamento parcial de projetos que promovam o desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego. -----

-----Relativamente à rubrica 3 informou que pretendem otimizar os empréstimos. No que diz respeito ao PREDE terão que decidir se irão liquidar todo o empréstimo ou não, uma vez que ainda têm dinheiro nesse programa. -----

-----Relativamente às comparticipações das candidaturas informou que a autarquia conseguiu um prémio de mais 25%, tendo que colocar na prática os projetos, sob pena de perder a comparticipação em 2014. Frisou que esta indução orçamental terá que ser muito cuidadosa, porque para se conseguir fazer esta despesa de capital, terão que gerir as despesas correntes escrupulosamente. -----

-----Disse ainda que a taxa de execução é extraordinária para uma Câmara que se encontra em reequilíbrio financeiro. -----

-----Relativamente à EMCEL disse que está previsto um montante de 387.500€ de subsídio, que tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Revelou que está preocupado com a situação da EMCEL. Disse que herdaram a pior empresa do distrito e neste momento têm a melhor. Frisou que o Executivo terá que decidir qual o destino a dar a esta empresa e às pessoas que lá trabalham.-----

-----Por último, mencionou alguns dos eventos, todos com comparticipações, que estão projetados para o ano de 2013: Plano de Animação das Aldeias Históricas, Feira do Queijo, Open de Parapente, Festival da Castanha e do Borrego, Danças na Água, etc. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2013.**-----

-----**Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º,**

da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra em virtude de ser impossível analisar o documento face à data em que o mesmo me foi disponibilizado, ou seja a 5/12/2012 e apesar do exposto, os valores suscitam-me reservas quanto à sua credibilidade.” -----

-----**ASSUNTO: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2012** -----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2012, que se anexa a esta ata (**anexo II**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que esta revisão ao orçamento prende-se essencialmente com a necessidade de se ajustar as dotações orçamentais de algumas rubricas de despesas de capital, incluídas no Plano Plurianual de Investimentos para valores aproximados à real execução de investimentos durante o ano de 2012. Nesta revisão são também ajustadas algumas dotações relativas a despesas correntes.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, aprovar a 2.ª revisão ao Orçamento de 2012. -----

-----Mais deliberou, nos termos da lei, remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, uma vez que esta revisão evidencia a falta de rigor do Orçamento de 2012, falta de rigor que foi alertada aquando da sua aprovação.”-----

-----**ASSUNTO: REFORMULAÇÃO DO PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 4/12/2012, com o registo interno n.º 3863, referindo que no seguimento da comunicação efetuada pela Comissão de Análise do PAEL/Plano de Reequilíbrio Financeiro a 30/11/2012, que obriga a uma reformulação do plano de ajustamento financeiro, anexam (**anexo III**) a esta informação, o Plano de Reequilíbrio Financeiro devidamente reformulado, conforme as recomendações da Comissão de Análise. De acordo com a legislação em vigor, o Município tem 15 dias úteis após a receção da comunicação, para aprovar na Câmara e na Assembleia o plano reformulado, de modo a que o mesmo seja novamente remetido à Comissão de Análise para aprovação. --

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar o assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por esclarecer que a contabilidade tem um sistema de registo de faturas, que passa pela confirmação prévia do serviço que lhe diz respeito e enquanto espera confirmação é registada em “Fornecedores – faturas em conferência”, registo permitido pelo POCAL. -----

-----Informou que o sistema de contabilidade é aberto e como tal a DGAL, através do SIIAL retira a informação contabilística e produz o efeito e tratamento que pretenda. Aquando da retirada dos dados, a autarquia tinha um montante elevado de faturas em conferência, cerca de 2 milhões de euros. Aperceberam-se da operação da DGAL e marcaram uma reunião para informar que para além dos valores que foram retirados existia este

montante de faturas em conferência, tendo ficado acordado que o SIIAL seria reaberto para a autarquia corrigir e adequar os valores à realidade. ----

-----Em agosto sai a portaria que regulamenta o PAEL e o Executivo e os consultores trabalharam o plano de ajustamento financeiro, tendo por base o valor efetivamente em dívida à data de 31/3/2012. Mais tarde a DGAL comunica que o valor apurado era de 5 milhões e não os 7 milhões. O Executivo sempre pensou que essa situação iria ser corrigida. -----

-----O Senhor Vereador informou que nessa altura deslocou-se novamente à DGAL onde lhe foi dito que a plataforma SIIAL só tinha sido aberta para efeitos estatísticos, não tendo em conta os 2 milhões, em faturas em conferência, mas que efetivamente na contabilidade estavam registados. -----

-----Disse que, segundo a DGAL, nas comunicações enviadas à Câmara Municipal estava escrito que todas as dívidas deveriam estar registadas na contabilidade, de forma a serem incorporadas no PAEL. Disse que nunca viu isso escrito em lado nenhum, só agora é que isso foi dito. -----

-----Referiu que a autarquia foi penalizada. A DGAL informou que a partir de janeiro haverá um rateio da dívida não incluída no PAEL, situação que não interessa à autarquia porque a dívida está toda registada em PAEL e reequilíbrio. -----

-----Informou que atualmente os pressupostos do estudo não retratam a realidade considerada em PAEL, logo vai ter que figurar em reequilíbrio, provocando um incremento da despesa corrente, uma vez que a taxa de juro é diferente. -----

-----Mencionou ainda outra situação que não foi considerada no estudo inicial do PAEL, porque quando o estudo foi feito partiu-se do princípio que os subsídios de natal e férias não seriam atribuídos e agora o orçamento de estado vem atribuir um subsídio em duodécimos. Relativamente a esta questão a autarquia está salva-guarda porque em 2012 houve uma redução de despesa com o pessoal de 23%, com esta alteração fica nos 16%. -----

-----Referiu que o OE fez alterações nas transferências, os valores que a autarquia vai receber são basicamente iguais, mas na especialização as receitas correntes e receitas de capital diferem. Disse que a autarquia está salvaguardada uma vez que tem muitas candidaturas aprovadas em QREN, com taxas de comparticipação até 85%, caso contrário ficariam sem qualquer margem de manobra para executarem obra.-----

-----Disse que face ao exposto o plano de reequilíbrio financeiro teve que ser reformulado, devendo, nos termos da lei a Câmara Municipal e a Assembleia aprovar esta nova versão.-----

-----Referiu que a autarquia terá que cumprir escrupulosamente o plano de ajustamento financeiro. Reiterou que esta reformulação do plano foi exigida pela Comissão de Análise e nada teve a ver com falta de empenhamento, rigor e trabalho, por parte do Executivo, dos consultores ou técnicos.-----

-----Informou que já houve negociações com a banca no sentido de assegurar o diferencial, fixando-se o PAEL em 5 milhões, tendo havido uma boa receptividade. -----

-----**Nos termos da lei, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o plano de reequilíbrio financeiro reformulado e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra em virtude de ser impossível analisar o documento face à data em que o mesmo me foi disponibilizado, ou seja a 5/12/2012, pelo que mantenho as reservas efetuadas aquando da aprovação do reequilíbrio financeiro”. -----

-----**2 - DESPACHO N.º 24/2012 – RATIFICAÇÃO** -----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 30/11/2012, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação, referente à atribuição de um subsídio ao Sporting Clube Celoricense no valor de 2.000€, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, para aquisição de equipamento desportivo. -----

-----Mais informa que o montante adiantado deverá ser abatido ao valor do subsídio a atribuir ao Sporting Clube Celoricense, nos termos da candidatura ao Programa de Apoio ao Associativismo. -----

-----**Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 30/11/2012, relativo à atribuição de um subsídio ao Sporting Clube Celoricense no valor de 2.000€, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**3 - MUNICÍPIO DO CRATO**-----

-----**ASSUNTO: O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 DO GOVERNO PSD/CDS É DESASTROSO PARA PORTUGAL, PARA OS TRABALHADORES, REFORMADOS, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS**-----

-----Foi presente ofício proveniente do Município do Crato, datado de 29/11/2012, com o registo de entrada n.º 11208, dando conhecimento da deliberação daquela Câmara Municipal intitulada “O Orçamento de Estado para 2013 do Governo PSD/CDS é desastroso para Portugal, para os trabalhadores, reformados, pequenos e médios empresários (agricultores, comerciantes e industriais) ”. -----

-----**4 – ANMP**-----

-----**ASSUNTO: COMUNICAÇÃO DIRIGIDA AOS RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA "PRÓS E CONTRAS"**-----

-----Foi presente ofício proveniente da ANMP, datado de 26/11/2012, com o registo de entrada n.º 11016, remetendo cópia da comunicação dirigida aos responsáveis do Programa "Prós e Contrás".-----

-----**5 – ANAFRE**-----

-----**ASSUNTO: 1.º COMUNICADO - PROJETO DE LEI N.º 320/XII/2.^a - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS**-----

-----Foi presente ofício proveniente da ANAFRE, datado de 30/11/2012, com o registo de entrada n.º 11250, dando conhecimento de que o Projeto de Lei n.º 320/XII/2.^a – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, foi presente à Assembleia da República e vai a discussão e votação no Parlamento no dia 6 de dezembro.-----

-----**ASSUNTO: 2.º COMUNICADO - CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE PROTESTO ANUNCIADAS NO COMUNICADO DE 23/11/2012**-----

-----Foi presente ofício proveniente da ANAFRE, datado de 30/11/2012, com o registo de entrada n.º 11251, dando conhecimento de que em reunião extraordinária de 23 de novembro, o Conselho Diretivo da ANAFRE, definiu, cumprir onze ações de apoio às Freguesias e demonstrativas de protesto e insatisfação perante as propostas da UTRAT.-----

-----**6 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PAA - APOIO FINANCEIRO - Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Fornotelheiro**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 3/12/2012, com o registo interno n.º 3832, referindo que no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo (PAA) – Capítulo IV, Área de Cultura

e Recreio, entrou na autarquia uma candidatura da Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Fornotelheiro, para atribuição de apoio financeiro no valor de 2.000€ (dois mil euros), para Divulgação da Música Tradicional Portuguesa através do Grupo de Concertinas do Fornotelheiro.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio no montante de 1000€, uma vez que a autarquia já presta outro tipo de apoio, nomeadamente transporte. Referiu ainda, que esta Associação participa gratuitamente nos eventos promovidos pela autarquia.

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, atribuir um apoio financeiro no valor de 1000€, à Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Fornotelheiro, nos termos do PAA.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 27/11/2012, com o registo de entrada n.º 3707, referindo que foi solicitado ao Município de Celorico da Beira, passe escolar para a aluna Guiomar Marina Tomás Figueiredo, sendo esta uma aluna de necessidades educativas especiais. -----

-----Considerando o conteúdo da Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, Capítulo IV, artigo 15.º, que altera o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na redação do artigo 3.º, n.º 1, “O transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontrem nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como, para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de passe escolar a aluna Guiomar Marina Tomás Figueiredo.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PAA - MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA E FINANCIAMENTO - Sporting Clube Celoricense**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 3/12/2012, com o registo interno n.º 3826, referindo que no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo (PAA) – Capítulo III, Área do Desporto, entrou na autarquia uma candidatura do Sporting Clube Celoricense para atribuição de apoio financeiro, para a prática das várias modalidades da Associação.-----

-----Neste sentido enviam para aprovação a minuta do contrato-programa a ser estabelecido com a referida Associação, bem como, o apoio financeiro a atribuir à referida atividade.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio no montante de 15.000€, devendo o contrato-programa ser reformulado. A 1.ª tranche de 10.000€, a pagar até final de Dezembro de 2012 e as restantes passam a ser de 1.250€, a pagar até finais de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2013, respetivamente.-----

-----Referiu ainda, que à 1.ª tranche será subtraído o montante de 4.595,51€, já atribuídos anteriormente, através de despacho.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que o Executivo continua a atribuir subsídios casuisticamente. Disse que o PAA não veio introduzir nada de novo, a falta de rigor e de critérios subsistem, exemplo da fundamentação das atividades onde se limitam a apresentar números sem qualquer fundamentação. Disse que o Executivo continua a usar o mesmo método discricionário na atribuição de subsídio tal como acontecia no início do mandato.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que lhe foi comunicado pela Direção do Clube que parte do subsídio será para regularizar uma dívida que têm à Associação Desportiva da Guarda, o restante será para pagar inscrição dos jogadores, exames médicos, policiamento, equipa de arbitragem e aquisição de equipamentos. Referiu que os 15.000€ provavelmente não irão chegar para fazer face a estas despesas. Mencionou que o Sporting Clube Celoricense tem uma nova Direção, jovem e dinâmica, que terá que ter uma nova postura criando formas de se autofinanciarem.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, enquanto Vereador, se o documento estivesse instruído, tal como foi apresentado pelo Senhor Presidente, não teria qualquer hesitação em votar o assunto, agora da forma que está apresentado tem algumas dúvidas.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** informou que os contratos-programa que são estabelecidos entre a autarquia e as associações, nos termos do PAA, têm como principal intuito salvaguardar a posição da autarquia. No caso, concreto as cláusulas 3.ª, 5.ª e 6.ª alínea 2), são exemplo dessa situação.-----

-----Disse que se congratulava pelo facto de Celorico neste momento ter novamente uma equipe sénior e felicitou a Comissão Administrativa do Sporting Clube Celoricense pelo trabalho que estão a desenvolver.-----

-----Disse que o montante solicitado teve como base as despesas elencadas pelo Senhor Presidente, a reformulação do montante vai obrigar a comissão a procurar outras formas de financiamento, porque dificilmente esse valor irá cobrir essas despesas.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o**

contrato-programa a celebrar entre o Sporting Clube Celoricense e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 15000€. -----

-----Mais foi deliberado, que na primeira tranche (10.000€) a ser paga até final do mês de dezembro do presente ano, seja descontado o valor de 4.595,51€, já atribuídos através de despachos n.º 24 e 17 do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----7 - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - COMANDO TERRITORIAL DE GUARDA-----

-----ASSUNTO: **DESTRUIÇÃO DE PRODUTOS FITO FARMACÊUTICOS** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente ofício proveniente da Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial da Guarda, datado de 19/11/2012, com o registo de entrada n.º 10753, solicitando a cooperação da autarquia no sentido destes produtos serem encaminhados para uma entidade credenciada, uma vez que se encontram armazenados nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira. Mais informam, que esse encaminhamento acarretará custos, pelo que, solicitam também a colaboração da autarquia nesse sentido. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de que este material foi apreendido pelo Tribunal Judicial de Celorico da Beira e depositado nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira. Disse que o Tribunal solicita a cooperação da autarquia, uma vez que não tem disponibilidade financeira, para efetuar o respetivo transporte. -

-----Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que tanto o Tribunal, como a GNR, têm orçamentos próprios, pelo que, discorda que a Câmara Municipal assumira esta despesa, uma vez que não

é uma situação de carência. Na sua opinião, este assunto não é da competência da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** considera que a Câmara Municipal deve conceder o apoio solicitado, uma vez que se trata de substâncias altamente perigosas e também pelo facto de a autarquia ter sob a sua alçada o Pelouro da Protecção Civil. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber o porquê destes produtos terem sido depositados nas instalações dos Bombeiros Voluntários. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que deverá ter sido por decisão do Procurador, que sentenciou na altura que os mesmos fossem depositados nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira. No entanto, o que está em causa é uma questão de protecção civil, uma vez que estes produtos estão expostos a condições climáticas desfavoráveis. Disse ainda, que em termos de disponibilidade financeira, os Bombeiros Voluntários não poderão suportar esta despesa, uma vez que não dispõem de orçamento para tal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a exposição destes produtos põe em perigo a população em geral e a corporação dos Bombeiros Voluntários, pelo que, enquanto responsável pelo Pelouro da Protecção Civil considera que se deve resolver esta situação com a maior brevidade. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na sua opinião esta situação não é um problema de Protecção Civil, nem dos Bombeiros Voluntários. O que está em causa é o facto de a autarquia suportar um

custo que é da inteira responsabilidade de um Órgão de Soberania, ou seja, o Tribunal Judicial de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, suportar os custos do encaminhamento dos produtos fito farmacêuticos que se encontram armazenados nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, pela empresa EGEO – Tecnologia e Ambiente, S.A., com um custo de cerca de 390€ + IVA, a fim de serem destruídos.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**8 - COMISSÃO DE FINALISTAS DA ESCOLA EB 2,3 SACADURA CABRAL 2012/2013** -----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DO ESPAÇO MERCADO MUNICIPAL E APOIO MONETÁRIO** -----

-----Foi presente ofício da Comissão de Finalistas da Escola EB 2,3 Sacadura Cabral, datado de 28/11/2012, com o registo de entrada n.º 11078, solicitando a cedência do espaço do Mercado Municipal, para o dia 16 de fevereiro de 2013, para a realização do Baile de Finalistas, bem como, uma ajuda monetária para custear as despesas inerentes à mesma. -

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a autarquia está a efetuar obras de requalificação no Mercado Municipal, no entanto, irá disponibilizar o espaço. Solicitou que a Senhora Engenheira Delfina dê conhecimento ao empreiteiro da realização deste evento. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse concordar com a solicitação da cedência do espaço, desde que salvaguardadas as condições de segurança dos utentes do baile. Relativamente ao apoio monetário disse que deve ser concedido o mesmo do ano anterior. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o espaço do Mercado Municipal e conceder um subsídio no valor de 1.000€ (mil euros) à Comissão de Finalistas da Escola EB 2,3 Sacadura Cabral de Celorico da Beira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----9 - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----ASSUNTO: REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 28/11/2012, com o registo interno n.º 3724, com o seguinte teor:-----

-----“Vem o n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, impor a obrigatoriedade de adequar as estruturas orgânicas do Município às contingências e limites impostos por esta Lei, enquadrando-se o Município de Celorico da Beira em tal obrigatoriedade. -----

-----Possuindo até agora este Município quatro unidades orgânicas obriga-nos a alínea a), do n.º 1, do artigo 8.º, da supra referida Lei, a reduzir as unidades orgânicas para duas, pelo que junto anexo (**anexo IV**) Proposta de Regulamento dos Serviços para que seja sujeita a deliberação dos órgãos executivo e deliberativo ainda em 2012. -----

-----Mais se informa que, encontrando-se a decorrer uma Comissão de Serviço de uma Dirigente Intermédia de 2.º Grau até março de 2014, terá o órgão executivo que deliberar, com a aprovação do Projeto supra mencionado se o mesmo entra em vigor imediatamente ou se, nos termos do n.º 7, do artigo 25.º, é mantida até ao final a referida comissão de serviço, determinado assim, a suspensão da entrada em vigor do novo organigrama.” -----

-----De acordo com a alínea a), do n.º 1, do art.º 8.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do

Senhor Vereador João Duarte, adequar as estruturas orgânicas do Município aos limites impostos por Lei e aprovar a reorganização dos Serviços Municipais, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2013, submetendo-o à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----*A presente deliberação foi aprovação em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos:**-----

-----“Voto contra esta Reorganização dos Serviços Municipais, em virtude de ser impossível analisar o documento face à data em que o mesmo me foi disponibilizado, ou seja, 5/12/2012.-----

-----Pese embora a data, não posso contudo deixar de manifestar que se perdeu uma oportunidade de se integrar esta Reorganização no Plano de Reequilíbrio Financeiro, constituindo o documento apresentado uma adequação à legislação, em vez de se procurar fazer uma reorganização adequada às necessidades do município, como é notório no organograma apresentado, o qual, e a título exemplificativo, tem um Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Social que contém 16 órgãos de execução, sem qualquer elemento de coordenação, pelo que, não me parece que esta Reorganização vá contribuir para a melhoria dos serviços prestados.”--

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a Reorganização dos Serviços Municipais é por obrigação legislativa, que as autarquias têm que cumprir. No entanto, na perspetiva da gestão, esta Reorganização nestes dois segmentos é irreal, sob pena de ter que voltar a ser alterada, nomeadamente no que diz respeito à Empresa Municipal. Disse que em termos de PAEL, a despesa com a Chefia de Divisão estava contemplada, acabando por existir uma otimização financeira em termos de encargos. Disse que pessoalmente é contra esta Lei, no entanto, têm de cumprir com o que está estipulado. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que existe uma Lei e que tem que ser cumprida. Infelizmente o Município de Celorico da Beira encontra-se numa situação de reequilíbrio financeiro, levando à imposição de regras mais restritas.-----

-----Relativamente à Reorganização dos Serviços Municipais disse que está especificado que no funcionamento dos serviços, cada uma das secções terá como responsável um técnico superior ou um coordenador técnico a supervisionar as unidades, sendo que, este responderá sobre a Chefia de Divisão. Disse que de acordo com a Lei, devem os Municípios adequar as suas estruturas orgânicas, às regras e critérios previstos até 31 de dezembro de 2012. Referiu que no caso do Município de Celorico da Beira, deve-se reduzir a estrutura organizacional de quatro para duas Divisões, de acordo com a legislação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que as diretrizes da DGAL têm de ser cumpridas, sob pena de haver penalizações para a autarquia. Disse que quando não cumprem são alvo de acusações, por outro lado, quando cumprem são criticados, é da opinião que deveria haver um equilíbrio na forma como expressam as posições. Também ele gostaria que houvesse 4 Chefes de Divisão, até porque, haveria mais envolvimento por parte dos funcionários, mas tal não é possível.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente disse que é responsável por aquilo que diz e não por aquilo que o Senhor Vice-Presidente entende. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que na sua intervenção nunca referenciou o nome do Senhor Vereador Victor Santos e como tal, considera que o Senhor Vereador foi arrogante na intervenção que acabou de fazer. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual a visão e intenção do executivo relativamente à Empresa Municipal. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o executivo pretende reunir com o Senhor Secretário de Estado e apresentar os dados da Empresa Municipal para a sua continuação, pese embora, a mesma não cumpra com um dos critérios e de acordo com a Lei seja para encerrar. Disse que a intenção do executivo seria a sua reintegração na Câmara Municipal, envolvendo também os funcionários neste processo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber como irá ser efetuada a absorção dos serviços, nomeadamente, Solar do Queijo e Lagar Municipal, já que a intenção do executivo é manter a Empresa Municipal. Pretendeu também saber para quando a reabertura das Piscinas Municipais.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que estes dois equipamentos são os mais significativos em termos financeiros e de promoção dos produtos endógenos do concelho. No entanto, a Câmara Municipal terá de apresentar soluções para rentabilizar todos os equipamentos. No que concerne às Piscinas Municipais, disse que as mesmas têm um problema de sustentabilidade.-----

-----Relativamente às piscinas municipais, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que neste momento o que recebem é 7€/h desde 1990, tendo sido apresentada uma proposta por parte da autarquia de 20€/h, sendo que, o máximo que lhes foi proposto pelo Ministério da Educação foi 9€/h e apenas teriam direito a outro tipo de comparticipação as turmas de Desporto (que não existe no Agrupamento de Celorico da Beira), acrescentando que este valor não paga as despesas gastas pelo uso deste

espaço, tendo-lhes sido dito pela Senhora Diretora da DREC que encerrassem os equipamentos, ou que levassem os alunos para as Piscinas da Guarda ou Trancoso. Deu conhecimento de que foi contactada uma empresa, para a possibilidade de reativar as mesmas, com outro tipo de combustível, estando neste momento a analisar propostas para redução de custos. -----

-----Sobre o Ginásio, deu conhecimento de que foram gastos 500 mil euros na sua recuperação, não tendo a autarquia recebido qualquer participação por parte do Ministério da Educação. Disse que as crianças do concelho têm todo o direito de ter um espaço condigno para a prática de Desporto. Disse ainda, que a autarquia apenas recebe uma receita mensal do agrupamento no valor de 780,62€. -----

-----**LOTEAMENTO DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – REDUÇÃO DE CAUÇÃO**-----

-----Foi presente ofício da Comissão de Melhoramentos da Carrapichana, solicitando a redução da caução prestada, mediante garantia bancária n.º 0243.004798.093 de 9 de agosto de 2012, da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 162.512,26€, para o valor de 133.598,13€, correspondente aos trabalhos já executados. -----

-----Nesta sequência, foi presente informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo, datada de 4/12/2012, com o registo interno n.º 3873, referindo que após visita ao local, verifica-se que os trabalhos enunciados no ofício se encontram realizados. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, deferir a pretensão do requerente, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 54.º, do RJUE, no que diz respeito à redução de caução prestada, no valor de 162.512,26€, para o valor de 133.598,13€, correspondente aos**

trabalhos já executados, relativamente ao Loteamento da Comissão de Melhoramentos da Carrapichana.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**PROJETO DE LEI N.º 320/XII – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS**-----

-----Foi presente ofício proveniente da ANMP, datado de 4/12/2012, com o registo de entrada n.º 11334, dando conhecimento das comunicações dirigidas a Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia da República e aos Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares, sobre o assunto referido em epígrafe.-----

-----**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO**-----

-----Foi presente ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, datado de 5/12/2012, com o registo de entrada n.º 11401, dando conhecimento da sentença relativamente ao processo n.º 535/11.0BECTB.-

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que em 2009 o Executivo decidiu procedeu à alteração de posicionamento remuneratório, por opção gestionária, dos trabalhadores que se encontravam em condições para tal. Posteriormente e no seguimento da ação inspetiva do IGAL, que se encontrava a decorrer na autarquia, o despacho foi revogado, tendo os trabalhadores em questão, que proceder à reposição das quantias auferidas. Nessa sequência, o STAL em representação dos seus associados interpôs uma ação contra o Município de Celorico da Beira, tendo o Tribunal decidido anular o despacho impugnado e condenando o réu a considerar os associados do autor nas posições remuneratórias que decorrem do despacho revogado, pagando-lhes as diferenças que entretanto hajam ocorrido por efeito do despacho ora impugnado, com acréscimo de juros contados da citação para a presente ação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação em relação ao funcionário da Empresa Municipal, Carlos Ribeiro. --

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que já houve um julgamento, tendo o mesmo sido suspenso, pelo que, será retomado em janeiro. Disse ainda, que foi proposto um acordo, mas não foi aceite. -----

-----**CONTRATO DE CEDÊNCIA DAS INFRAESTRUTURAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA ÀS ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PERITAGEM**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara** informou que a autarquia de Celorico da Beira recusou-se a assinar o supramencionado contrato, por não concordar com a valorização das infraestruturas e respetiva renda proposta pelas AdZC. -----

-----Nessa sequência, propõe que seja constituída uma Comissão de Peritagem, composta por um elemento da área de engenharia reconhecido pela Ordem e um ROC, para avaliação das infraestruturas do Município, para posterior negociação com as AdZC. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, constituir uma comissão de peritagem composta por um elemento da área de engenharia reconhecido pela Ordem e um ROC, para avaliação das infraestruturas do Município de Celorico da Beira, para posterior negociação com as Águas do Zêzere e Côa.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

